

regiões distantes e das regiões centrais da cidade. No primeiro caso, deparamo-nos com uma ausência de recursos e redes sociais em que a população ainda, em algumas situações, passa fome e não tem acesso a transporte, escola, saúde, segurança, moradia digna etc. As regiões centrais da cidade, por outro lado, permitem um trânsito entre a miséria absoluta e o equipamento público ou privado — com a circulação do dinheiro —, que a região pobre e periférica certamente não tem. O menino e a menina consumidores de crack no centro da cidade, que se configura também como um território de profunda exclusão e violência, estão ali porque há uma centralidade, tanto no acesso ao tipo de droga, como também nas equipes da Secretaria Municipal de Saúde e da Assistência que os estão atendendo na rua.

No caso da periferia distante do centro físico da cidade, a ausência do Estado se radicaliza ainda mais e o contato direto com o Estado se dá principalmente através da polícia, sendo alguns ainda, de uma forma ilegal, por meio da corrupção do tráfico de drogas, da venda de proteção, ou mesmo dos grupos de extermínio presentes também no centro da cidade. A diferença entre as regiões centrais e as periféricas longínquas do centro físico da cidade é que existem menos superposições de circuitos, menos diferenças nas últimas. Essa é a razão pela qual a família vem de tão longe, onde tudo é igual. Há pouca tessitura no território.

Pensar a psicanálise no território: algumas reflexões

Uma das questões que incidem fortemente no trabalho direto no território hoje é o tráfico de drogas e o crime organizado como um todo. Quanto ao domínio do território pelo tráfico, no caso de São Paulo mais especialmente o Primeiro Comando da Capital (PCC), este é exatamente proporcional à

ausência do Estado. Quanto menor a presença deste, maior a influência do PCC. Como dizer a um adolescente que o estudo em uma escola — frequentemente incapaz de representar um conhecimento que permita a operação em seu mundo — e que o trabalho com pouco salário são melhores do que o tráfico de drogas, a venda de produtos ilegais, ou o roubo?

É importante ressaltar que essas atividades ilícitas não trazem somente um maior ganho em dinheiro. Trazem o que um adolescente mais quer: a adrenalina e a saída da invisibilidade. O tráfico tem regras rígidas, reconhece um trabalho bem feito e o saber dos adolescentes, até oferecendo um plano de carreira. Permite o acesso aos produtos emblemáticos da globalização como marcas de grife, armas e dinheiro na mão, que significam o acesso à sexualidade, ao *status* e ao respeito dos pares, além de capturarem o jovem no imaginário da potência. Na verdade, o tráfico de drogas é, talvez, a empresa que gera a maior mais-valia no mundo contemporâneo, com regras mais rígidas e punições mais severas, entre as quais tortura e morte.

Essa modalidade de vida, que sustenta o mercado do ilícito, significa importantes ganhos financeiros para os grupos que dominam tais atividades. Estes, no dizer de Feltran (2008), são conscientes da importância dos valores éticos e estéticos e se lançam com grande eficácia a uma disputa pela hegemonia cultural do território, como podemos observar nos costumes e na gíria que fazem a apologia do tráfico. Essas atividades estão fortemente arraigadas no território e abarcam cada vez mais espaços, levando aos habitantes o trânsito pela porosidade entre o lícito e o ilícito.

É cada vez mais comum nas periferias das cidades o estabelecimento, pelo tráfico de drogas, de tribunais informais (os chamados “debates”), onde os “juízes” são membros do PCC. Há inclusive a possibilidade de “recurso” dos julgamentos em alguns casos. O “tribunal” superior geralmente opera

de dentro das prisões. Na ausência de um Poder de Estado que regule as relações dentro do território é a essa “justiça” que, muitas vezes, a população desamparada recorre como única e última alternativa contra o abuso e a violência. São os debates e a lei do tráfico que muitas vezes fazem com que caia o índice de violência no território, para que os negócios não sejam prejudicados pela ação da polícia e para a obtenção do apoio da população. Essa “ordem” vai constituindo regras de convivência e obtendo, junto com o trabalho cultural (música, roupas, gestos, gírias), o aval ou conivência da população em função de ser a única força organizada presente no território. Cada vez mais, os “irmãos” são chamados para resolver conflitos familiares, de vizinhança, segurança etc. O “dia das crianças” e outras festas passam a ser organizados pelos “irmãos” com brinquedos, churrascos e música para toda a comunidade.

Freud nos apresenta em seus textos “Totem e tabu” (1913), “Psicologia das massas e análise do ego” (1921) e “O mal-estar na civilização” (1930), entre outros, que no início da humanidade, na horda primitiva, o pai poderoso possuía o monopólio do gozo. A lei surge quando os irmãos quebram esse modelo social, matam o pai e fazem um acordo entre si. Nenhum deles poderá ocupar o lugar do pai. É isso que gera um código e uma ética permitindo a mútua convivência. Com isso, são necessárias várias renúncias pressupondo uma organização social que, nos termos atuais, seria a Lei e o Estado. São exatamente essas renúncias em nome do coletivo que causam o mal-estar na civilização e que estão o tempo todo presentes enquanto sintomas e ambiguidades nos vínculos e nas relações sociais.

A violência sem limite no território fragmentado da periferia tem como uma das consequências a manutenção do sujeito em alerta máximo. Nos territórios da exclusão, as relações pautadas pelo medo e pelo desamparo conduzirão

os vínculos familiares. A vida dos jovens no território torna-se uma corrida de obstáculos. Eles passam por várias situações-limite, mas a qualquer momento podem tropeçar no obstáculo e cair. Os acontecimentos destrutivos podem ocorrer a qualquer instante. Um conflito, a polícia, uma infração legal, um boato, pode derrubar esse adolescente. A corrida de obstáculos faz com que ele nunca saiba quando e como cairá diante da irrupção daquilo que é familiar e desconhecido, que pode surgir de uma forma surpreendente e destrutiva. É a constante presença do sinistro, o *Unheimlich*, como nos coloca Freud (1919). Assim, o medo e o desamparo dominam a cena da periferia. Quanto maior a pressão, maiores são o esgotamento psíquico e a dificuldade do pensamento e da construção de um projeto de vida.

Como já dissemos em situação anterior (Broide, 2008), esse processo gera uma forte tendência à supressão da palavra. Isso ocorre em função da ausência de redes sociais e familiares, o que implica a quebra da cadeia simbólica. No caso da periferia, essas redes não foram construídas, ou, então, foram destruídas pela violência dos fatos que excedem a capacidade de processamento do aparelho psíquico. Tais fatos funcionam como raios geradores de curtos-circuitos, queimam os caminhos internos e transformam-se em compulsão à repetição. A queda do pai na corrida de obstáculos pode dar-se pelo alcoolismo, pela drogadição, pela passividade, pela morte, pelo desemprego etc. A mãe, que conhece muito bem o território em que vive, também sempre está em sobressaltos, atenta a se os filhos estão entrando em alguma situação de ilegalidade e violência, ou, então, derrotada, expõe os filhos a essas condições, como medida de sobrevivência, e passa a trafegar nas diferentes esferas do lícito e do ilícito. As relações familiares vão ficando cada vez mais duras e tensas e tendem à ruptura. Na verdade, elas expressam o território, sendo permeadas por suas características.

Nas condições de grande pressão social, como a que ocorre nas periferias, é difícil a criança encontrar quem a proteja e a

ame, e quem, ao mesmo tempo, ela respeite, e cujo amor tema perder. Por outro lado, aquele que se propõe à função paterna deve realizar um extraordinário esforço para exercê-la diante de tantas dificuldades concretas. O que surge como alternativa à queda do pai e a das instituições é o traficante, o delinquente com sua força aparente, ou as igrejas messiânicas que prometem o alívio imediato da dor e do desamparo. São esses grupos que crescem nas periferias de maneira assustadora e lideram, de forma perversa, o território. Possuem uma clara estrutura vertical de horda primitiva. O poder do chefe não tem limites na violência e na sexualidade. Este passa a fazer parte do modelo identificatório que é introjetado pela criança e pelo jovem. Muitas vezes, o conflito interno nesses jovens entre as figuras identificatórias familiares e instituições não tem força suficiente diante desse homem poderoso do crime organizado que oferece vida (e a morte) fácil. O jovem submetido à pressão social circula entre esses dois modelos. É a porosidade entre esses dois mundos que agora gera a combinatória desses processos em seu inconsciente.

Trabalhando na transferência e operando no território

Traremos agora os dois exemplos que citamos anteriormente. Ambos surgem do trabalho de supervisão a uma equipe responsável pelo atendimento de 120 adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto numa das regiões mais periféricas da cidade de São Paulo. Geralmente, o dispositivo que utilizamos nesse tipo de supervisão inclui também o estudo de conceitos fundamentais da psicanálise trabalhados a partir da experiência pessoal e profissional dos diferentes membros da equipe, incluindo-se o pessoal de limpeza, da administração e da cozinha.

Primeiro exemplo

Um dia deparamo-nos com a seguinte situação: seria o caso de festejar o aniversário de um dos meninos no “baile da laje”? Perguntamos: “Mas como assim? O baile da laje não é controlado pelos traficantes e os meninos não estão cumprindo medida socioeducativa por tráfico?”. Eles confirmam. Pedimos que falem mais sobre isso. Explicam que o baile é realizado em um prédio que foi construído como equipamento social pela prefeitura há muitos anos. Foi abandonado pelo poder público e apropriado pelos traficantes. O prédio possui um salão, onde é realizado o baile, e salas menores, onde algumas ONGs realizam um trabalho com as mães da comunidade. Para o baile da laje, sexta e sábado à noite, a segurança é feita por policiais militares. Temos, portanto, no mesmo local o Estado (Assistência Social, Poder Judiciário, Polícia etc.) que financia o trabalho com os adolescentes em conflito com a lei, o Terceiro Setor com o trabalho das organizações não governamentais (ONGs), policiais corruptos, e o tráfico de drogas que controla o território, dá as regras e negocia, permitindo ou não as atividades que ali serão realizadas.

Vale analisar aqui alguns aspectos. A ausência de uma *Lei* que ordene o gozo (como diz Lacan) no território naturaliza a violência e a indiscriminação entre Estado, Terceiro Setor e crime organizado, imprimindo a marca de que tudo é a mesma coisa. O adolescente relaciona-se com o serviço de atendimento a partir dessa forte experiência introjetada e compartilhada por todos que o atendem em função da transferência e pela experiência da equipe de viver no mesmo território. O pensar o aniversário no “baile da laje” é o emergente que nos permite analisar como o serviço de atendimento vai sendo tomado por essa naturalização.

Temos observado essa confusão e naturalização na relação com o território e com a população atendida em diferentes trabalhos em várias regiões do país no âmbito do SUAS e do

SUS. A transferência constituída a partir e através das relações existentes no território tende a fazer com que os serviços de atendimento se percam em sua tão difícil tarefa, que é o atendimento nas situações sociais críticas. Tem sido bastante comum encontrarmos equipes que já tomam como natural pedir a proteção ao PCC para a execução de seu trabalho em campo. Não estamos dizendo aqui que é necessário confrontar o tráfico, o que de fato colocaria em risco a nossa segurança. Uma coisa é pedir proteção ao traficante, e outra é dizer a ele que temos que atender as pessoas, sejam elas quais forem, inclusive, se for necessário, os membros da família desse mesmo traficante.

Outro aspecto é que, quando o adolescente chega ao serviço de atendimento, é praticamente impossível que não estabeleça uma relação transferencial com o técnico enquanto representante do juiz, do promotor, da polícia, membro do PCC e da sociedade em geral, com o qual se relaciona, está em conflito e faz parte de sua história. Quando o técnico não consegue perceber essa situação, aceita sem saber o que nele é depositado na transferência e fica incapacitado de realizar a sua tarefa. À medida que a equipe de trabalho pode ter acesso aos conceitos psicanalíticos de transferência, repetição e escuta etc., ela pode deixar de ocupar o lugar do juiz, do policial, do promotor, do membro do PCC e passa a poder falar sobre como o adolescente estabelece o laço com esses representantes da sociedade, de sua história e da experiência de exclusão e de conflito. O cumprimento da medida pode deixar de ser algo formal e burocrático para assumir o seu verdadeiro sentido, que é a possibilidade de reflexão e a tentativa de alternativas ao que os adolescentes vivem e são vividos.

Segundo exemplo

A equipe técnica observou, em determinado dia, um sério aumento da tensão entre os jovens, que começaram a abordar conflitos vividos entre alguns deles no período de internação

na Fundação CASA. Isso ocorria na rua, na frente dessa instituição. Os técnicos, corretamente, assumiram a posição de mediadores e convidaram os jovens para conversarem em uma sala. O clima era tenso, com um dos técnicos no ambiente e outro fora. A conversa e o acordo a que chegaram foram inteiramente pautados pela ética do PCC², e não pela da instituição de cumprimento de medida. Vemos aqui como, de forma sutil, porém contundente, as regras do território começam a entrar na instituição, fazendo com que a mesma se descaracterize e fique indiscriminada em função da relação transferencial que o adolescente estabelece com os técnicos e com a instituição. Se a equipe de trabalho não estiver muito atenta e não possuir um espaço adequado de reflexão sobre a experiência cotidiana de atendimento, facilmente começa a se repetir ali a mistura do baile da laje, com a ONG, com o Estado e a clandestinidade da polícia. As leis do território vão buscando hegemonia em todo o espaço vazio.

Conclusão

O território da periferia expressa o processo perverso da globalização e se reproduz através da transferência que se dá no atendimento direto, na escola, na assistência social e na ação comunitária. Nossa função nesse caso é buscar a construção de dispositivos clínicos que constituam a possibilidade de o sujeito encontrar o seu próprio desejo. Isso é possível na medida em

2. Grande parte dos adolescentes atendidos nessas instituições tem como modelo e ideal o PCC. Ainda que eles só possam pertencer ao "Comando" depois dos 18 anos de idade, seus laços já são em grande parte pautados pela lei dos "irmãos". O Primeiro Comando da Capital tem o poder de imprimir as regras de conduta dentro das prisões e dos equipamentos das unidades de internação da Fundação CASA.

que essa pessoa pode falar, colocar palavras nessas e em outras experiências que descrevemos aqui. Colocar palavras é nomear conflitos, expressar dificuldades e desejos, é sentir a dor da perda e se deparar com o desamparo. É também encontrar o próprio talento, viver o encontro criativo com o outro, é a possibilidade da arte, do conhecimento, da subsistência econômica e da construção de um projeto de vida.

A nossa função, portanto, é investir no que Milton Santos (2000) denomina afetividade e contiguidade. Isso pode ocorrer através da circulação da palavra que cria a tessitura do território. Falar da dor é diferente de drogar-se; falar do medo é diferente de matar ou agredir; falar da pobreza é diferente de roubar; falar da relação com a justiça ou com o PCC é o que permite o pensamento transformador. A palavra, tal como agulha e linha, tece o encontro entre as pessoas e permite a construção de caminhos alternativos.

É nessa esteira que, a nosso ver, devem ser desenvolvidas as políticas públicas e os trabalhos das mais diferentes organizações que têm por objetivo uma transformação social: a criação das redes na área da saúde, da assistência, da cultura, da habitação, esportes, geração de renda etc. Esses espaços devem ser também redes de circulação da palavra. O psicanalista pode ter aqui um papel fundamental na elaboração dos conflitos que surgem nas interfaces das redes, no atendimento clínico, na sugestão e no debate dos mais diferentes dispositivos para a circulação da palavra. Nossa experiência é que sempre há um lugar e que podemos nos colocar em uma boa posição de escuta. E o sujeito fala. Seja quem for e seja onde for.

Referências

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- BROIDE, J. *A rua enquanto instituição das populações marginalizadas: uma abordagem psicanalítica através de grupo operativo*. 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Unicamp, Campinas, 1993.
- _____. *Psicanálise nas situações sociais críticas. Violência, Juventude e Periferia: em uma abordagem grupal*. Curitiba: Juruá Psicologia, 2008.
- FELTRAN, G. de S. O legítimo em disputa: as fronteiras do "mundo do crime" nas periferias de São Paulo. *Dilemas. Revista de Conflitos e Controle Social*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 93-126. 2008.
- FONTENELLE, A. I. *O nome da marca. McDonald's, Fetichismo e Cultura Descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FREUD, S. (1913). Totem y tabu. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1985. V. XVII.
- _____. (1919). Lo ominoso. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1985. V. XVII.
- _____. (1921). Psicología de las masas y analisis del yo. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1985. V. XVIII.
- _____. (1930). El mal estar en la cultura. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1985. V. XXI.
- LACAN, J. (1955-1956). *O seminário. Livro 3. As psicoses*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. (1962-1963). *O seminário. Livro 10. A angústia*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SADER, E., GENTILE, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, M. O retorno do território: In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.
- _____. *Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- TELLES, V. S., HIRATA, D. *Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito*. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS – 22 a 26 de outubro de 2007. Caxambu. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/sites/trajetorias/txts/ilegalidades_urbanas.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2014.
- ZIZEK, S. *Mirando al sesgo. Una introducción a Jacques Lacan a través de la cultura popular*. Buenos Aires: Paidós, 2002.